

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais**

**Período de Análise: 01/06/2015 a 31/06/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Estudo indica crescimento da agricultura familiar na próxima década</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/06/2015 .....	3
<b>BNDES anuncia novas regras para concessão de crédito</b> – Folha de São Paulo, Mercado. 05/06/2015 .....	3
<b>Levy diz que não vai faltar dinheiro para pacote de concessões de R\$ 198 bi</b> – Folha de São Paulo, Mercado. 09/06/2015 .....	5
<b>Dilma anuncia pacote de concessões de R\$ 198 bilhões com foco em ferrovias</b> – Folha de São Paulo, Mercado. 09/06/2015 .....	6
<b>Ferrovia que liga o Brasil ao Peru é o novo trem-bala, diz especialista.</b> Joana Cunha – Folha de São Paulo, Mercado. 10/06/2015 .....	8
<b>Para especialistas, é preciso despolitizar debate sobre crédito externo do BNDES.</b> Tainara Machado e Flavia Lima – Valor Econômico, Agronegócios. 16/06/2015 .....	11
<b>Câmara aprova emenda que garante R\$ 300 milhões ao seguro rural.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 18/06/2015 .....	13
<b>MPF-MG denuncia empresários paulistas por trabalho escravo</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/06/2015 .....	13
<b>José Rainha Júnior é condenado a 31 anos de prisão.</b> Sandro Villar – O Estado de São Paulo, Política. 23/06/2015 .....	15

## **Estudo indica crescimento da agricultura familiar na próxima década – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/06/2015**

A agricultura familiar continuará crescendo nos próximos dez anos. Foi o que apontou o estudo ‘Análise e Planejamento Territorial - Projeções e Estratégias para a Agricultura Familiar Brasileira’, apresentado na quarta-feira (3), em Brasília (DF), pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead/MDA). A ministra interina do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Coelho, esteve presente a apresentação do documento, que servirá para orientar as políticas públicas para o campo.

O estudo faz uma prospecção dos cenários futuros e leva em conta quatro fatores, como dinâmica municipal da agricultura, o desenvolvimento econômico da população, a aptidão agrícola e o interesse ambiental.

Para Maria Fernanda, o estudo tem caráter estratégico para o futuro dos agricultores familiares. “É um estudo bastante rico, que vai possibilitar nossas equipes trabalharem para que, cada vez mais, a agricultura familiar mantenha e consolide a sua importância ao alimentar todo cidadão brasileiro”, disse.

### *Metodologia*

Para fazer a projeção da agricultura familiar nos próximos dez anos, os técnicos do Nead utilizaram dados do Censo Agropecuário de 1996 e 2006 e dados do Censo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de 2011. Em uma das constatações, o estudo afirma que a participação da agricultura familiar continuará crescendo na produção dos dez principais alimentos que vão à mesa do brasileiro, como feijão, arroz, milho, leite e mandioca. No entanto, o documento alerta para o risco de perda de espaço da agricultura familiar para a produção extensiva caso não haja investimentos.

“É possível perceber nas variadas culturas, como o feijão, a mandioca, o leite e o milho, o potencial de crescimento, mas também os riscos no caso da não implementação de políticas adequadas para que possibilite aos agricultores familiares aumentarem a produtividade”, reconhece Maria Fernanda.

O diretor do Nead, Roberto Wagner, disse que os estudos realizados pelo Núcleo podem ajudar a preparar um futuro melhor no campo. “A partir desse e de outros estudos, podemos tomar decisões mais qualificadas para o campo. O Nead tem o papel de alimentar as políticas públicas como um todo e dar o retorno à sociedade”, refletiu.

---

## **BNDES anuncia novas regras para concessão de crédito – Folha de São Paulo, Mercado. 05/06/2015**

Para estimular o crédito privado a projetos de investimento de longo prazo, o BNDES divulgou nesta sexta-feira (5) as novas medidas de sua política que restringe o acesso de grandes empresas a financiamentos do banco com base em sua taxa mais baixa, a TJLP, hoje em 6%.

Chamado de Programa de Incentivo ao Mercado de Renda Fixa, o modelo atrela a captação de verba no BNDES à emissão de debêntures corporativas (títulos de crédito para captar recursos).

Ou seja, para ter acesso ao limite máximo de TJLP definido pelo BNDES, a empresa terá de fazer emissão de debêntures ou outros títulos de renda fixa como FIDCs ou os certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRI e CRA).

As medidas se aplicam a grandes empresas que faturam pelo menos R\$ 1 bilhão.

Para se obter 50% do financiamento na TJLP (patamar máximo), a tomadora necessita levantar outros 25% com emissão de debêntures. O restante vem a taxas de mercado, Selic (juro básico definido pelo BC) ou IPCA (índice oficial de inflação).

O banco dá o exemplo de uma demanda mínima de R\$ 200 milhões. Se a empresa fizer uma emissão de debêntures de R\$ 50 milhões, ela poderá elevar para R\$ 100 milhões o total de recursos que poderão ser captados na TJLP.

Sem emissão, só pode tomar emprestado R\$ 50 milhões na TJLP, e R\$ 150 milhões em taxa de mercado.

O mínimo exigido em emissão de debêntures será de R\$ 50 milhões.

#### *CUSTO DO CRÉDITO*

O banco estima que, ao combinar a captação de recursos do BNDES com a emissão de debêntures, o custo do crédito possa cair até dois pontos percentuais ao ano, ante a hipótese sem emissão.

A regra também vale para empresas que recorrerem antes ao mercado, emitindo debêntures, e decidirem complementar com linha de crédito do banco. Serão consideradas as emissões a partir de seis meses anteriores à consulta e até 12 meses após a contratação no BNDES.

Luciano Coutinho, presidente do BNDES, disse, em evento na Anbima (reúne entidades dos mercados financeiro e de capitais e atuou na elaboração do programa), que o banco já tem em análise 18 operações de financiamento, que envolveriam mais de R\$ 3 bilhões em debêntures.

Também presente, o ministro da Fazenda Joaquim Levy disse que o país amadureceu e deve se livrar de um "apreço atávico" por mecanismos de financiamento antigos que já se esgotaram.

"Hoje há demanda por títulos de longo prazo. E, à medida que o equilíbrio macroeconômico e nossa situação fiscal forem enfrentadas com êxito, essa demanda tende a se ampliar", disse Levy.

Para André Perfeito, economista da Gradual Investimentos, no momento atual, os consumidores de debêntures podem preferir investir em títulos públicos, com baixo risco e boa remuneração. "Mas no longo prazo a iniciativa é correta", afirma.

---

## **Levy diz que não vai faltar dinheiro para pacote de concessões de R\$ 198 bi – Folha de São Paulo, Mercado. 09/06/2015**

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que o país terá recursos para realizar os projetos do pacote de concessões, estimado em R\$ 198 bilhões. O anúncio do PIL 2 (Programa de Investimento em Logística) foi feito nesta terça-feira (9) pelo governo, que pretende alcançar R\$ 69 bilhões até 2018 e o restante após esta data.

Segundo ele, o país tem um mercado financeiro maduro que poderá absorver a demanda por dinheiro, já que o BNDES vai financiar menos do que no programa anterior, o PIL 1.

"Não vai faltar dinheiro. Não adianta querer apostar que não vai dar certo, como disse a presidente", afirmou o ministro da Fazenda, apostando que os projetos têm demanda firme.

Depois de garantir que haveria recursos, Levy repassou a pergunta ao presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que garantiu que todos os projetos em andamento serão honrados.

"Não faltarão recursos para infraestrutura nessa rodada", afirmou o presidente, dizendo que a infraestrutura foi privilegiada nas concessões de empréstimos do banco.

Coutinho disse que o banco continuará a ter papel relevante nos empréstimos, entrando com até 70% do valor total do investimento, e o mecanismo de títulos de dívidas (debêntures) vai alavancar o volume de recursos emprestados com juros mais baixos.

Como forma de captação, o governo pretende que as empresas emitam títulos de dívidas, os chamados debêntures, no mercado para conseguir dinheiro para as obras.

### **OUTORGA**

O governo volta a permitir monopólios para garantir que essas concessões tenham receitas para bancar as obras e ainda um valor- chamado de outorga- destinado ao Estado.

"A velocidade e o sucesso que já vemos em rodovias, portos privados também vai se verificar em ferrovias e nos arrendamentos portuários", disse Barbosa sobre a nova etapa.

Sobre a volta do pagamento de outorgas, o ministro de Portos, Edinho Araújo, disse que vai ser pedido ao TCU (Tribunal de Contas da União) autorização para que o primeiro lote de licitações (veja detalhes no mapa abaixo), para Santos (SP) e Belém (PA), já seja feito com o pagamento de outorgas.

O TCU havia autorizado os leilões em modelos em que a escolha do novo administrador seria por menor preço oferecido ao usuário ou que oferecesse a maior movimentação de carga.

A realização de leilões em que a escolha do vencedor não se dava por quem oferecesse o maior preço de pagamento ao governo era um pedido do setor produtivo,

principalmente do agronegócio. A volta do modelo por outorga tende a tornar os preços aos usuários mais altos o que vai gerar protestos desses setores.

O ministro do Planejamento lembrou que o plano de fazer concessões sem pagamento de outorgas refletia a realidade fiscal anterior e que, na atual, "esse modelo se mostra mais difícil".

Segundo ele, a licitação por outorga também poderia trazer mais eficiência ao processo e desonerar o setor produtivo.

Também caiu a obrigação prevista para rodovias na concessão anterior de duplicação de todo o trecho em cinco anos. Segundo o ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, "Só após os estudos" é que vão ser definidos os prazos para os investimentos de cada rodovia.

#### *AJUSTE*

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que tem confiança de que a última parte do ajuste fiscal, que irá à votação no Congresso nesta semana, será aprovada. Segundo ele, as empresas que vão perder benefícios fiscais já entenderam que a mudança é necessária.

"Só com situação fiscal firme vamos atrair investidores", disse Levy, sobre os projetos de longo prazo previstos no PIL 2.

#### *ALCKMIN CONSIDERA PACOTE POSITIVO*

O governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), que integra o principal partido de oposição a Dilma, elogiou a iniciativa do governo.

"Entendo que é um esforço positivo. É uma crise grave que estamos vivendo, com o desemprego [alto] já entre os jovens. É um esforço necessário de trazer o setor privado, de fazer mais investimento, de trazer mais emprego e oportunidade para as pessoas", afirmou o governador nesta terça-feira (9), após participar na Câmara de uma audiência pública para discutir o pacto federativo.

"Eu vejo que o comércio exterior, se a gente aproveitar a desvalorização da moeda para aumentar um pouco a exportação, e de outro lado [investir em] infraestrutura e logística, isso ajuda a ativar um pouco a economia."

---

#### **Dilma anuncia pacote de concessões de R\$ 198 bilhões com foco em ferrovias – Folha de São Paulo, Mercado. 09/06/2015**

A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta terça-feira (9) o início de uma segunda etapa do PIL (Programa de Investimento em Logística), estimado em R\$ 198,4 bilhões, sendo R\$ 69 bilhões até 2018.

Os investimentos se concentram em ferrovias, com R\$ 86 bilhões, seguidos por rodovias, com R\$ 66 bilhões previstos; portos, na ordem de R\$ 37 bilhões; e aeroportos, com R\$ 9 bilhões. A intenção do governo é que todas as concessões, que somam cerca de 150, comecem na atual gestão.

Além de abrir uma nova rodada de concessões, o governo facilitará investimentos não previstos em contratos antigos com concessionárias, e volta a cobrar um valor (outorga) pelas concessões (leia mais abaixo).

Dos R\$ 86 bilhões previstos para ferrovias, R\$ 40 bilhões serão destinados apenas para a ferrovia Bioceânica, que tem o objetivo de cruzar o país do Porto de Açu, no Rio de Janeiro, até uma saída para o oceano Pacífico no Peru.

É o maior dentre os investimentos detalhados pelo governo (veja mapa abaixo) como parte do PIL, e sofre fortes ressalvas por conta do alto custo de construção para cruzar a Cordilheira dos Andes.

### *GOVERNO VOLTA A COBRAR POR CONCESSÕES*

O modelo tucano de concessões, em que o governo pedia um pagamento pela entrega do bem público ao setor privado, está de volta.

Ele rompe com aquele adotado no PIL 1, que privilegiava concessões pelo menor preço oferecido ao usuário de portos e ferrovias, quebrando monopólios nesses setores, e que estabelecia um limite para esse valor.

Agora, o governo volta a permitir monopólios para garantir que essas concessões tenham receitas para bancar as obras e ainda um valor, chamado de outorga, destinado ao Estado.

A realização de leilões em que a escolha do vencedor não se dava por quem oferecesse o maior preço de pagamento ao governo era um pedido do setor produtivo, principalmente do agronegócio. A volta do modelo por outorga tende a tornar os preços aos usuários mais altos o que vai gerar protestos desses setores.

O TCU havia autorizado os leilões em modelos em que a escolha do novo administrador seria por menor preço oferecido ao usuário ou que oferecesse a maior movimentação de carga.

Com as mudanças, o governo volta a exigir a outorga para realizar a concessão de algumas das estruturas no setor de Portos e Ferrovias. No setor de Aeroportos, o modelo já era com outorga. Em rodovias, o modelo de menor pedágio será mantido.

O ministro de Portos, Edinho Araújo, disse que vai ser pedido ao TCU autorização para que o primeiro lote de licitações, para Santos e Belém, seja feito com o modelo de outorgas.

### *SITUAÇÃO FISCAL MUDOU, DIZ BARBOSA*

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse que o plano de fazer concessões sem pagamento de outorgas refletia a realidade fiscal anterior e que, na atual, "esse modelo se mostra mais difícil".

Segundo ele, a licitação por outorga também poderia trazer mais eficiência ao processo e desonerar o setor produtivo.

Nelson Barbosa, que anunciou o plano, disse que é necessário aumentar a oferta de serviços públicos, melhorando a produtividade do país para que não haja pressão inflacionária.

"Para aumentar a produtividade, é crucial aumentar a taxa de investimentos. Para aumentar os investimentos temos que fazer uma combinação de ações", disse Barbosa, dizendo que é necessário retomar a credibilidade do país em primeiro lugar.

Lançado em 2012, o primeiro PIL teve baixa eficiência. No setor de ferrovias e portos, nenhuma concessão pública foi realizada. A previsão eram 12 ferrovias e cerca de 160 terminais portuários.

No setor de rodovias, seis de nove concessões previstas foram realizadas. Somente em aeroportos todos os cinco conseguiram ser repassados à iniciativa privada.

#### *MAIS INVESTIMENTOS VIA CONTRATOS ANTIGOS*

A principal novidade do plano de 2015 é que, dessa vez, não serão feitas apenas concessões novas. O governo vai permitir que atuais concessionários de rodovias, ferrovias e portos façam investimentos que não estavam previstos em seus contratos.

Esses investimentos, estimados em R\$ 42 bilhões, podem ser feitos mais rapidamente que as novas concessões.

No entanto, vão significar aumento do tempo das concessões existentes. No caso da Rodovia Presidente Dutra, por exemplo, serão pelo menos mais dez anos de contrato para a atual concessionária fazer obras estimadas em R\$ 2 bilhões.

Segundo Nelson, dessa vez o processo de concessões será diferente porque estão sendo ouvidos governadores e o setor privado para que definam prioridades e os projetos terão taxa de retorno adequado.

O ministro também avisou que o BNDES continuará sendo o grande financiador dos projetos, mas que eles terão maior participação do setor privado.

---

#### **Ferrovia que liga o Brasil ao Peru é o novo trem-bala, diz especialista. Joana Cunha – Folha de São Paulo, Mercado. 10/06/2015**

O projeto da ferrovia Bioceânica (que tem o objetivo de cruzar o país do Porto de Açu, no Rio de Janeiro, até uma saída para o oceano Pacífico no Peru) é o novo trem-bala. A avaliação é do professor Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral, que também tem ressalvas positivas ao anúncio do pacote de concessões de R\$ 198 bilhões feito nesta terça-feira (9).

A megaferrovia é o maior dentre os investimentos detalhados pelo do governo como parte do PIL (Programa de Investimento em Logística), e sofre fortes ressalvas por conta do alto custo de construção para cruzar a Cordilheira dos Andes.

*Folha - O anúncio tem pontos superestimados?*

Paulo Resende - A ferrovia Bioceânica está estimada a um custo de R\$ 40 bilhões, mas não existe nem no papel.



*A previsão é de prazo relativamente curto...*

Ela está numa previsão de investimento até 2019. Ela é, por enquanto, uma visão, uma projeção que resulta de uma conversa entre o Brasil e os chineses na última visita deles aqui. Tem dificuldades enormes de realização, que vão desde questões ligadas a meio ambiente até a travessia dos Andes e a adequação dos projetos no Brasil. Podemos comparar essa ferrovia à discussão que tivemos com o trem-bala. Ela é até mais atrasada que o trem-bala porque na época já tinha alguns estudos realizados. Nesse ferrovia, nem isso. Então, dos R\$ 198 bilhões, já tiramos R\$ 40 bilhões. Para o curto e médio prazo, o impacto para a sociedade desse projeto é zero. Já temos 20% do plano com zero impacto, principalmente se tivermos o contexto de recuperação de crescimento. Se hoje dependêssemos só desse projeto, não haveria recuperação crescimento de forma nenhuma.

*O que mais tem lá que não deve sair do papel?*

Uma promessa de cerca de R\$ 25 bilhões de empréstimos para as concessões atuais de rodovia e ferrovia. Isso não é investimento. Isso é empréstimo porque quando o ministro expôs os propósitos para esse tipo de investimento ele diz: "nós vamos emprestar para as atuais concessionárias de rodovias e ferrovias um dinheiro para elas realizarem obras que são hoje gargalos nas concessões que elas têm". Então, se não existisse esse plano, elas não realizariam? Então nós usuários estamos agora emprestando dinheiro para resolver uma coisa que deveria ser o dever de casa de concessões atuais? Porque nós já pagamos pedágio por elas, não é? E pagamos tarifa ferroviária por elas. Então são R\$ 25 bilhões que não são investimentos e não têm essa capacidade de recuperação de investimento porque são concessões que já existem.

*Qual seria o número mais realista?*

Se tirarmos os R\$ 40 bilhões e esses R\$ 25 bilhões, nós temos um plano de cerca de R\$ 135 bilhões. E esse número, o próprio governo dividiu em dois. Em um ele falou que nós teremos R\$ 69,2 bilhões entre 2015 e 2018. Temos que tirar R\$ 25 bilhões dele, que são os empréstimos às concessões. Temos que tratar de R\$ 45 bilhões com potencial de se criar o combustível necessário para retomar o investimento. O dinheiro não é muito, não tanto como ele falou, e os projetos são poucos. Não estamos falando em algo como o PAC, que tinha 2.000 projetos. Nesse estamos falando de no máximo três dezenas de projetos, no curto prazo. Mas pela primeira vez o governo acertou na mão. Na minha opinião, são os melhores projetos que poderia ter na área de logística no Brasil em todos os modais.

*O que os diferencia?*

Ele tem um conceito de corredores logísticos, ou seja, têm a capacidade de aumentar a eficiência logística nas macro regiões onde estão localizados. Não são projetos soltos, com uma rodovia lá em cima, uma ferrovia cá em baixo... Se olharmos o mapa, principalmente em rodovia e ferrovia, vamos visualizar de corredores logísticos que favorecem alguns setores que carregam a economia brasileira, como é o caso do agronegócio, do corredor logístico da proteína no Sul e alguma coisa de aço e minério como a ligação ferroviária do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

*Agora "menos é mais"?*

O governo está com a faca e o queijo na mão para vender essa coisa bem. Mas há riscos de não vender bem. São bons projetos. A grande diferença do PAC para cá, ou até mesmo do PIL (Programa de Investimento em Logística) de 2011 para cá, é que o governo descobriu que menos é mais, ou seja, o menos, integrado, é muito melhor do que aquele tanto desintegrado. Como se fosse uma linha de produção, para chegar ao melhor produto possível, que é a eficiência da infraestrutura brasileira e a retomada do crescimento, a matéria prima está aí, que são excepcionais projetos. A questão é como transformar essa matéria prima em produto. A linha de produção vai se chamar processos de concessão. Aí os riscos precisam ser minimizados. O governo tem que largar o osso. Tem que parar de se dar o direito de ser sócio operador dos projetos.

*Pode dar exemplos?*

Para dar exemplos: se colocar Infraero com 49% de participação em aeroporto, está dando tiro no pé, principalmente porque a Infraero está quebrada. Em nada disso foi tocado hoje. Depois que eles explicarem, aí vão ser chamados a colocar isso de forma mais transparente. Eu destaco Infraero com menor participação percentual, estão falando em 15%. Eu acho que isso seria o máximo. Não vejo sentido em ter Infraero com participação em terminal aeroportuário, mas se quiser, quanto menos participação, melhor.

*Quanto é o ideal?*

1%, só para deixar o pezinho lá dentro. Mas se falarem que vai ser 15% eu diria que já é um ganho, sabe... Outra coisa: em ferrovia, se tiver Valec no meio, vai dar vazio, vai haver falta de interesse. O investidor estaria assumindo um grande risco. E ele sabe disso. Ele chama isso de "risco Valec". Nos debates que tenho com investidores, a primeira pergunta que tem sobre ferrovia é: e a Valec? O mercado não aceita uma instituição, qualquer que seja, nem estou dizendo que a Valec é boa ou ruim. Mas é governo. O ideal seria um intermediário, como uma bolsa de cargas ferroviárias.

*Como?*

Essa bolsa ofertaria capacidade ferroviária nos vários trechos e aí vem o cliente e dá uma oferta de compra de direito de passagem. É mais ou menos como funciona o leilão de energia. Outro ponto que acho que o governo deve tomar muito cuidado é que ele tem que ser o verdadeiro guardião do cumprimento dos contratos, ou seja, o investidor, principalmente o estrangeiro, não pode ver o Brasil como um país que ameaça os contratos. Toda eleição, é um tal de rever tarifa de pedágio. Outro ponto importante é deixar que o mercado defina as regras da tarifas, ou seja, não ficar impondo. Eu sei que o modelo de menor tarifa em rodovia é bom, mas não deveria forçar a barra para vir com tarifa social de novo porque isso aconteceu em 2007 e não funciona. É o governo retirar do jogo esses riscos ideológicos sindicais e políticos. Aí estou falando principalmente dos portos.

*E na prática?*

Vai haver muita imposição em cada processo de concessão. Os ideólogos não vão se calar. Tem linhas políticas dentro do governo que têm raiva do lucro. É preciso que essas linhas compreendam que esse plano não é fruto de um conceito de planejamento de longo prazo. Esse plano é feito de uma necessidade de sobrevivência política, ou seja, a iniciativa privada está sendo chamada. Ela não está metendo o pé na porta. Quando a iniciativa privada enfiou o pé na porta, nós vimos no que deu.

*E a maneira como as coisas estão sendo feitas agora pode mitigar o risco de corrupção?*

Não. O que contribuirá será a transparência dos processos de concessão. Nós deveríamos ter para cada um desses projetos agora o desenvolvimento mínimo de um projeto executivo. Tomara que o governo tenha aprendido e não deixe que o concessionário entre cego na oferta do projeto porque senão pode acontecer problema de novo. O governo deveria aprender com o passado recente e forçar o desenvolvimento de algum projeto executivo. Do jeito que está anunciado, nada mostra que não pode se repetir. Tem muito problema com a cultura de aditivos. Ela é o berço da corrupção.

---

**Para especialistas, é preciso despolitizar debate sobre crédito externo do BNDES. Tainara Machado e Flavia Lima – Valor Econômico, Agronegócios. 16/06/2015**

Em um momento em que o BNDES está sob fogo cerrado, depois do detalhamento de suas operações no exterior, empresários, políticos e economistas defenderam não só a manutenção do apoio financeiro às exportações de serviços de engenharia, como avaliaram que é preciso ampliar os incentivos à presença de empresas brasileiras internacionalmente e despolitizar um debate repleto de "falácias e desinformação".

"No governo Fernando Henrique Cardoso, financiamos a construção do metrô de Caracas. Sempre enfatizamos a necessidade de reforçar mecanismos de exportação. Falta de coerência é falar mal disso agora, é jogar água na nossa cerveja", disse Roberto Giannetti da Fonseca, ex-secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do governo FHC, durante o seminário "Uma agenda para dinamizar exportação de serviços no Brasil", promovido pelo Valor.

Rodrigo Azeredo, diretor do Ministério das Relações Exteriores, afirmou que o evento foi uma "oportunidade para desfazer desentendimentos e falácias" em relação à atuação do BNDES e do governo no fomento das operações de empresas brasileiras no exterior. Para o diretor, não há contradição entre esses empréstimos e a carência de infraestrutura doméstica. "É como se falássemos que a gente não pode exportar carne, porque precisamos combater a fome no Brasil."

Financiar exportações, disse Azeredo, não é invenção nacional. "É uma realidade mundial, que foi usada pelos EUA para sair da crise de 1929, com a criação do Eximbank, em 1934." O Brasil, na verdade, faz menos do que seus principais competidores, de acordo com o diretor do Itamaraty. Entre 2008 e 2012, enquanto a China desembolsou US\$ 45 bilhões ao ano para apoiar empresas no exterior, os recursos brasileiros com mesmo destino somaram apenas US\$ 2,2 bilhões, o equivalente a 1% das exportações totais de bens e serviços do país.

Outro ponto contra o Brasil é o prazo para contratação e desembolso de financiamento externo. Enquanto nos EUA esse período é de 60 dias, e na China, de 120 dias, no Brasil o período entre a apresentação do projeto e o desembolso do recurso chega a 487 dias. Afrânio Chueire, presidente da Volvo Construction Equipment Latin America, avalia que faltam soluções de financiamento e garantia de crédito. Para isso, seria importante o desenvolvimento de políticas de longo prazo.

Em um estudo sobre o espaço do Brasil no mercado global de serviços de engenharia, José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), ressaltou que apenas 15 países exportam serviços de engenharia com regularidade, dentre eles o Brasil. A exportação desse tipo de serviço, afirmou, é fundamental, porque representa a parte nobre do comércio internacional.

Segundo o estudo, a exportação de serviços de engenharia estimula a inserção internacional indireta de 1,5 mil a 2,8 mil empresas por projeto, 80% de micro, pequenas e médias empresas. Hoje, no Brasil, há 5 milhões de pessoas dependendo direta ou indiretamente de serviços de engenharia.

"Exportar serviços não é para quem quer, é para quem pode", disse Castro. Segundo ele, o Brasil, como único país da América do Sul inserido nesse mercado, pode ampliar sua participação. "Só depende de nós". Segundo Azeredo, do Itamaraty, apesar das dificuldades, instrumentos como Proex e BNDES-Exim ampliaram participação de mercado do Brasil para 5% na África e 17% na América Latina.

Ao defender a atuação do banco, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, disse que a divulgação de dados adicionais de empresas e governos colocou o banco como instituição mais transparente do mundo entre seus pares, tanto nas operações domésticas quanto em operações com exterior.

"Ultimamente, tudo que ouço sobre política externa brasileira é que somos bolivarianos", disse a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). "Precisamos da ajuda dos senhores que conhecem importância do mercado exterior para que a gente tire o preconceito imenso com relação a isso".

Giannetti da Fonseca, presidente da Kaduna Consultoria, concorda que é preciso despolitizar o debate. Ele criticou a posição que o PSDB tem adotado em relação ao tema e disse que falta coerência ao partido ao falar da questão. Giannetti, porém, não deixou de fazer críticas à gestão atual. Segundo ele, desde outubro não há pagamento de equalização de juros no âmbito do Proex, o que cria uma situação "dramática". Segundo Giannetti, o ajuste fiscal não pode arranhar a pontualidade de pagamentos, essencial ao programa.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro, reconheceu o problema e afirmou que o governo trabalha para regularizar os pagamentos. "Queremos operacionalizar o Proex para cumprir compromissos regularmente. Não tem sentido ampliá-lo sem funcionamento adequado", afirmou. Para este ano, a dotação orçamentária do Proex é de R\$ 1,5 bilhão, mas Monteiro espera aumentar esses recursos de forma "substancial" no Programa Nacional de Exportações, que deve ser lançado nas próximas semanas.

## **Câmara aprova emenda que garante R\$ 300 milhões ao seguro rural. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 18/06/2015**

BRASÍLIA - O plenário da Câmara aprovou ontem uma emenda à Medida Provisória 670 que permite ao governo usar o Orçamento de 2015 para liberar R\$ 300 milhões destinados ao pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural de 2014.

Para que o Ministério da Agricultura possa de fato usar esses recursos, no entanto, a proposta ainda precisa ser aprovada pelo Senado e depois ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A MP 670 encaminhada pelo Executivo ao Congresso prevê o reajuste escalonado da tabela do Imposto de Renda.

A emenda foi aprovada como prevista no parecer do líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que relatou a MP em comissão especial. Na prática, a emenda do pedebista altera a Lei de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, segundo a qual as subvenções têm de ser obrigatoriamente liberadas no mesmo ano da celebração dos contratos de apólice entre seguradoras e produtores rurais. Se a emenda passar a vigorar, o Ministério da Agricultura poderá “descontar” esses R\$ 300 milhões do seu orçamento de R\$ 668 milhões para subvencionar o seguro rural em 2015.

O governo mantém uma dívida total de R\$ 690 milhões com as seguradoras, que dependem desses recursos para repassar ao custo das apólices de seguro contratadas por produtores rurais. Essa subvenção cobre de 40% a 60% das despesas de agricultores com seguro para proteger suas lavouras, sobretudo de culturas de inverno. Desde janeiro, a ministra da Agricultura Kátia Abreu já prometeu diversas vezes que o Executivo iria saldar o “calote”, o que não aconteceu até agora.

Além dos R\$ 300 milhões, portanto, o governo ainda deve mais R\$ 390 milhões a seguradoras e produtores — montante que foi empenhado, mas acabou contabilizado na conta dos “restos a pagar” em função das dificuldades orçamentárias e até hoje também não foi pago.

No ano passado, a presidente Dilma Rousseff prometeu R\$ 700 milhões para subvencionar o prêmio do seguro rural. Entretanto, o Orçamento previa apenas R\$ 400 milhões, e os R\$ 300 milhões restantes tiveram que ser aprovados pelo Congresso, mas não foram sequer empenhados após uma série de atrasos por parte do governo em ano de eleições e Copa do Mundo no Brasil.

---

## **MPF-MG denuncia empresários paulistas por trabalho escravo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/06/2015**

*Fiscalização encontrou mais de 2600 trabalhadores submetidos a condições degradantes e ilegais de trabalho em fazendas de cana de açúcar no sul de Minas Gerais*

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) denunciou 10 pessoas - entre elas, quatro empresários de um grupo econômico composto pelas empresas Alvorada do Bebedouro SA Açúcar e Álcool, Absolut Participações Ltda, Agrícola Monções Ltda e Astúrias Agrícola Ltda - por redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo e formação de quadrilha.

José Oswaldo Marques Júnior é presidente da Alvorada do Bebedouro, que também pertence a seu pai José Oswaldo Marques e a seu irmão Adézio José Marques. A Absolut participações, acionista da Alvorada do Bebedouro, possui o mesmo quadro societário. Já a empresa Asthúrias Agrícola, controlada pela Absolut, tem por diretor Adézio José Marques. A Agrícola Monções, por sua vez, é dirigida por Adésio Maria Marques, irmão de José Oswaldo Marques.

O grupo econômico explora, como se fosse uma só empresa, inclusive com constantes migrações internas de empregados, atividades de plantio, manutenção e corte de cana-de-açúcar, para a produção de álcool, açúcar e energia.

Durante fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Polícia Federal nos anos de 2008, 2011 e 2012, foram encontrados, no total, 2.637 trabalhadores submetidos a regime de trabalho escravo.

As vítimas eram aliciadas pelos chamados "gatos" em cidades do norte de Minas Gerais e do interior do nordeste. Só da cidade de Vicença, em Pernambuco, foram trazidos 200 trabalhadores pelo acusado Givanildo José da Silva, preposto dos empresários.

Iludidos pelas promessas de altos salários, condições boas de trabalho e fornecimento de moradia, famílias inteiras, algumas com crianças de três anos de idade, deixavam suas cidades para trabalharem em fazendas situadas nos municípios de Guaranésia, Arceburgo e Monte Belo, no sul de Minas Gerais.

Ao chegar, as vítimas eram levadas para alojamentos em condições precárias, muitos deles em locais improvisados, sem quaisquer condições de conforto, privacidade e higiene. Em Arceburgo/MG, as moradias coletivas, alojando inclusive esposas e filhos, eram divididas em cômodos improvisados, separados apenas por lençóis e cobertores. No alojamento mantido pela Asthurias Agrícolas S/A, o local destinado ao banho não dispunha de portas nas baias, obrigando os trabalhadores a tomarem banho vestidos de cuecas.

Foram encontrados 1.572 empregados sem nenhum registro em carteira de trabalho, livro ou sistema eletrônico. Algumas vítimas ainda tiveram suas carteiras de trabalho retidas.

Além disso, os empregados instalados no alojamento Castelo Branco, em Arceburgo/MG, que tinha capacidade para 300 pessoas, não podiam deixar o local em razão de dívidas assumidas em uma espécie de cantina, que era gerenciada por outro preposto dos empresários. O local, situado a três quilômetros da usina, não era atendido por linha regular de transporte coletivo e, como não havia transporte fornecido pelos empregadores, "os trabalhadores não tinham outra alternativa a não ser consumir os produtos vendidos na cantina, pois não possuíam meios de ir até outro estabelecimento comercial, possuindo dificuldades até mesmo de sacar os respectivos salários em razão da distância entre o alojamento e a cidade mais próxima e o excesso de horas trabalhadas", relata a denúncia. As vendas eram anotadas em um caderno, impondo aos trabalhadores um endividamento crescente e ilegal.

Nas frentes de trabalho do corte de cana-de-açúcar, os trabalhadores faziam suas refeições no meio do canavial e sob o sol, sentados no chão ou sobre as garrafas térmicas, com as marmitas na mão, sem passar por qualquer higienização pessoal.

Os acusados também não forneciam roupas, nem equipamentos adequados para o trabalho, além de deixarem as vítimas expostas aos riscos de contaminação pelos agrotóxicos utilizados na lavoura da cana.

Os fiscais ainda autuaram as empresas por impor a alguns trabalhadores jornadas exaustivas, extrapolando o limite legal de duas horas extras por dia, com trabalhos inclusive aos domingos.

Além dos empresários, o MPF denunciou quatro aliciadores: Denilson Eliel Paterno Braga, Ricardo Moretti, João Custódio e Givanildo José da Silva. Esses "gatos" eram responsáveis pela administração dos alojamentos e pela fiscalização, vigilância e transporte dos empregados.

Um encarregado de mão-de-obra da empresa Alvorada do Bebedouro, José Realista da Silva, também foi denunciado, assim como Romildo Machado de Figueiredo, encarregado das anotações na chamada Cantina do Tião.

Os réus irão responder pelos crimes de trabalho escravo (artigo 149), frustração de direito assegurado por legislação trabalhista (artigo 203), aliciamento de trabalhadores de um local a outro do território nacional (artigo 207) e formação de quadrilha (artigo 228), todos do Código Penal.

As penas, somadas, variam de 5 a 16 anos de prisão.

---

### **José Rainha Júnior é condenado a 31 anos de prisão. Sandro Villar – O Estado de São Paulo, Política. 23/06/2015**

*Ex-líder do MST é acusado de 3 crimes pela Justiça Federal de Presidente Prudente (SP)*

Presidente Prudente - O ex-líder do MST, José Rainha Júnior, foi condenado a 31 anos e cinco meses de prisão pela 5ª Vara da Justiça Federal de Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Ele é acusado pelos crimes de extorsão, formação de quadrilha e estelionato. A sentença também ordena o pagamento de multa. Também foi condenado Claudemir Silva Novais, cuja pena é de cinco anos e seis meses de prisão.

Em 2011, Rainha foi investigado pela Polícia Federal na Operação Desfalque, que descobriu um esquema de extorsão de empresas e desvios de verbas para assentamentos rurais. Os réus, no entanto, poderão recorrer em liberdade, pois conseguiram a concessão de habeas corpus.

Os réus usavam trabalhadores rurais ligados ao MST como massa de manobra para invadir terras e exigir pagamentos de contribuições aos movimentos sociais, segundo a acusação do Ministério Público Federal (MPF). Uma das acusações é de que José Rainha teria cobrado e recebido R\$ 50 mil e R\$ 20 mil de duas empresas do agronegócio, respectivamente, para não invadir fazendas e queimar canaviais do Pontal do Paranapanema e da região de Paraguaçu Paulista.

Ainda de acordo com os promotores, o ex-líder do MST teria exigido R\$112 mil de uma concessionária de rodovias a título de ajuda solidária. Com isso, praças de pedágio não seriam deprecadas pelos sem-terra.

FNL. O Estado procurou José Rainha para comentar a condenação, mas ele não foi localizado. Um dirigente da Frente Nacional de Luta (FNL), o grupo dissidente liderado por Rainha, disse que o movimento "vai analisar a situação". "Não descartamos uma manifestação de apoio a Rainha, vamos esperar um pouco", comentou o dirigente, que pediu anonimato.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa